



SENADO FEDERAL

PROPOSTA COMERCIAL

A EDS Tecnologia é uma empresa especializada em soluções tecnológicas, focada em oferecer serviços eficientes, seguros e personalizados para atender às necessidades de seus clientes. Atuamos com compromisso, inovação e qualidade, buscando sempre agregar valor aos processos e resultados dos nossos parceiros.
Nosso objetivo é proporcionar soluções práticas e confiáveis, contribuindo para o crescimento e a modernização dos negócios atendidos.

Dados Cadastrais

Razão Social: EDS Tecnologia	CNPJ: 61.841.915/0001-14
Inscrição Estadual: 202975207	Regime Tributário: SIMEI
Endereço: Rua Luziânia s/n, Quadra 11, Lote 147 Vila Jayara	Anápolis/GO CEP: 75064-330
Enquadramento: Micro Empresa	Endereço:
E-mail: edstec.licita@gmail.com	Telefone: (62) 99115-1009
Dados bancários:	
BANCO DO BRASIL 001	PIX: 61.841.915/0001-14
AGENCIA: 1302-1	CONTA CORRENTE: 1904-6

DADOS DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND.	QUANT.	MARCA / MODELO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
18	Mouse Pad ergonômico	UN	200	BLUECASE	R\$ 15,83	R\$ 3.166,00

Valor Total da Proposta: R\$ 3.166,00 (três mil e cento e sessenta e seis reais)

Validade da proposta: 90 (noventa dias)	Garantia / tempo da licença: 12 meses
Local de entrega: Conforme edital / via download	Prazo de entrega: conforme edital

Declarações:

- (x) Declaro que nesta Proposta de Preços estão incluídos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria
- (x) Que a proposta apresentada para foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação
- (x) Declaro que o objeto possui total garantia conforme solicitado no edital
- (x) Declaramos que objeto ofertado é novo, de primeiro uso, não recondicionado, de ótima qualidade e que está em conformidade com o solicitado.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eduarda Pereira Dos Santos CPF: 035.253.141-08, como representante devidamente constituído da empresa: **EDS TECNOLOGIA**, inscrita no CNPJ nº 61.841.915/0001-14, sediada na Rua Luziânia s/n qd 11 Lt 147 - Vila Jayara - Anápolis GO - CEP 75064-330, declara sob as penas da lei, que:

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei n.º 8666/93, a não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre **por menores de 18 (dezoito) anos** e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA / EPP e BALANÇO PATRIMONIAL

Cumpro com os requisitos estabelecidos no art. 3º da lei complementar nº 123, de 2006, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido às **microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme estabelecido nos artigos 42 aos 49 da Lei Complementar 123 de 2006. , não possuindo também nenhum dos impeditivos previstos no § 4º do art. 3º da referida lei.
Solicita a isenção da apresentação do balanço patrimonial para fins de participação no Pregão supracitado, tendo em vista que atende as prerrogativas necessárias para usufruir o que dispõe o **Decreto Federal Nº 8.538/2015 e Decreto Estadual nº 7.466/2011, artigo 2-A.**

DECLARAÇÃO DE PLANA ACEITAÇÃO AOS TERMOS E COMPRIMENTO DA HABILITAÇÃO

Plena **aceitação dos termos do edital de licitação**, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002 e **que cumpre plenamente a todos os requisitos técnicos e de habilitação** exigidos no certame, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E IDONEIDADE

Que **inexistem fatos impeditivos** para habilitação e **que não foi declarada inidônea** para licitar com a Administração Pública, bem como se obriga a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, de acordo com o § 2º do art. 32 da Lei 8.666/93.

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Que possui **pleno conhecimento das especificações** que requer a execução do objeto licitado, não restando nenhuma dúvida para a elaboração da proposta, inclusive quanto a aspectos físicos do local da prestação dos serviços e que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital.

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Declaramos que nesta empresa **não existe em nosso quadro** de empregados ou sócios, servidores públicos da administração nas esferas federais, estaduais e municipais, de acordo com o art. 9, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93 e em nenhum grau de parentesco com qualquer servidor da Administração desta ou de outra instituição que possa interferir em andamento dos processos.

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

Declaramos para os devidos fins Eduarda Pereira Dos Santos, está legalmente apto a representar a empresa em qualquer fase do processo licitatório.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO DE TRIBUTOS

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

que **NÃO ESTÁ INSCRITA** no Cadastro de Contribuintes Mobiliários **E NÃO POSSUI DÉBITOS** junto à Fazenda do Município de São Paulo.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE INFORMAÇÕES

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**, para os devidos fins, que todas as informações e documentos apresentados no processo de licitação, são verdadeiros, completos e corretos, assumindo total responsabilidade civil, administrativa e penal pela sua exatidão, nos termos da legislação vigente, em especial o disposto no **art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica)** e **Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)**. Comprometemo-nos ainda a atualizar imediatamente os dados, caso ocorra qualquer alteração durante o certame, sob pena de desclassificação ou outras sanções previstas no edital.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO III DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA, DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não possui, em seu quadro de pessoal, qualquer empregado:

- a) menor de 18 (dezoito) anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e
- b) menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade.

Esta declaração é firmada sob as penas da lei, nos termos do que exige a legislação em vigor.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA, DECLARA,,** para os devidos fins e sob os ditames da lei que não possui e não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados ou sócios que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim, como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da resolução n. 07/05 (atualizada pelas n. 09/05, n. 21/06 e 229/16) do Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA que nos termos do art. 7º, XXXIII da CF/88, não emprega menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

DECLARA que não disponibilizará empregado, que exerça encargo de chefia nas dependências deste Regional para fins da consecução dos serviços contratados, que tenha sido condenado por decisão judicial ou administrativa, transitado e julgado, nos termos dos arts. 1º e 2º da Resolução n. 156/12, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências supervenientes.

DECLARA não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial TEM/SDH N. 2/11 e não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto n. 5017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. 29 e 105.

DECLARA que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos.

DECLARA que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

DECLARA que está ciente e tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades para a execução do objeto

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**, que:

É verdade às partes a utilização de todos e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

Em atendimento ao disposto na LGPD, a **SENADO FEDERAL**, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes do licitante, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.

O Licitante, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, e compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela **SENADO FEDERAL**.

O Licitante, fica obrigada a comunicar a **SENADO FEDERAL**, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao **SERVIÇO MUN. DE AGUA E SANEAMENTO BAS E INFRAE**, as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO (NEPOTISMO)

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**, que: Em cumprimento a Dispensa eletrônica nº **5/2026**. A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo nominado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não tem em seu quadro societário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão, em seu quadro profissional, durante toda a execução do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao referido Tribunal, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO DE NÃO CONDENAÇÃO JUDICIAL POR EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**: que: não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991, EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA:**

☒ (x) atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

☐ (x) estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, **DECLARA**,: para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no Artigo 299 do Código Penal, **DECLARA** que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor



DECLARAÇÃO

61.841.915 EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº **61.841.915/0001-14**, com sede em **R LUZIANIA S/N QD 11 LT 147 – CEP 75064-330 - VILA JAYARA ANÁPOLIS - GO**, por meio de seu representante legal **EDUARDA PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de **DIRETORA-PROPRIETÁRIA**, DECLARA:

Estar de acordo com todos os termos e condições do Aviso de Dispensa Eletrônica n. /2026 e se seus anexos.

Que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros que se fizerem necessários (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.

Declaro ainda:

A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

Sob as penas da Lei, que esta empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

Que no ano-calendário de realização desta Dispensa, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras

O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, não fui condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Anápolis, 31 de março de 2026

Eduarda Pereira Dos Santos

Sócio / Diretor